

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

CONHECIMENTO E TÉCNICAS BÁSICAS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	23
1. Conquistando o cliente: relacionamento e criação de empatia	24
1.1. A história da Moto Harley-Davidson	26
1.2. O <i>Pequeno Príncipe</i> de Antoine de Saint-Exupéry e a parceria entre advogados e contadores	29
2. Conhecimento técnico necessário.....	34
3. Do proveito econômico, custas e da escolha da via processual mais adequada: ação ordinária ou mandado de segurança?	37
4. Dos honorários advocatícios contratuais	42
5. A ilusão da legitimidade: associações genéricas e a venda de créditos tributários	43
6. A reforma tributária como mote de convencimento para recuperação de créditos	45
7. Tributação de dividendos e o corte linear nos benefícios fiscais	51
8. A inteligência artificial como ferramenta de apoio na identificação de créditos e no estudo das teses tributárias	52
8.1. As principais ferramentas e seus papéis práticos	53
8.2. A IA na auditoria de dados fiscais (SPED).....	54
8.3. Os limites inegociáveis: alucinações e a indispensabilidade do julgamento humano	55

CAPÍTULO II

BASES TEÓRICAS	57
1. Definição de receita e renda	57
2. Entendendo os regimes de tributação	65
2.1. Simples Nacional	66
2.2. Quadro comparativo dos impactos da Reforma Tributária para o Simples Nacional	81
2.3. Lucro Presumido.....	82
2.4. Lucro Real	90
2.5. O Lucro Real como plataforma estratégica para o contencioso e o planejamento	97

CAPÍTULO III

TESES CONTEMPORÂNEAS E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	101
1. A “tese do século”: exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS	101
1.1. Conceitos do PIS e COFINS e suas bases de cálculo	101
1.2. ICMS: Controvérsia acerca da inclusão nas bases de cálculo do PIS e COFINS.....	103
1.3. Do entendimento firmado pelo STF no RE 574.706/PR em repercussão geral	105
1.4. Embargos de declaração no RE 574.706/PR (modulação de efeitos da decisão) e o trâmite das ações individuais.....	108
1.5. Um ponto final na “tese do século” e novos horizontes na recuperação de créditos tributários	110
1.6. Momento de incidência do IRPJ sobre os créditos reconhecidos de ICMS: trânsito em julgado x homologação da compensação.....	112
1.7. O retorno da Tese do Século aos Tribunais.....	115
1.8. Reação arrecadatória à “tese do século” e o cerco ao princípio da não cumulatividade.....	119
1.8.1. O aproveitamento de créditos do PIS/COFINS sobre o IPI não recuperável nas aquisições para revenda	119
1.8.2. O ICMS como custo de aquisição por ser indissociável do valor da mercadoria e o direito ao creditamento de PIS e COFINS	123
1.9. Exclusão do ICMS-ST da base do PIS e COFINS	127

1.9.1. A problemática do “ICMS Destacado” e as Metodologias de Apuração	132
1.9.2. A fiscalização da tese e o desafio documental: o argumento do campo opcional do MOC NF-e	134
1.9.3. Da distinção entre o Tema 1125 (Exclusão do ICMS-ST da base do PIS e COFINS) e o Tema 1231 (creditamento do PIS e COFINS sobre o valor do ICMS-ST pago ao substituto)	136
1.10. Exclusão do ICMS DIFAL da base do PIS e da COFINS.....	137
2. Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS	140
3. Exclusão do PIS E COFINS das próprias bases de cálculo	145
4. Não incidência do PIS e da COFINS sobre mercadorias bonificadas.....	150
5. Derrota dos contribuintes no lucro presumido: inclusão do ICMS, ISS, PIS e COFINS na base do IRPJ e CSLL.....	154
6. Redução dos coeficientes do lucro presumido para serviços hospitalares, clínicas médicas e odontológicas.....	159
6.1. Posicionamento da Fazenda e mudanças de entendimento do STJ.....	160
6.2. Extensão do benefício às clínicas odontológicas: a Solução de Consulta SRRF03 nº 3018/2026 e o Tema repetitivo no STJ (REsp 2.223.487/RS).....	166
6.3. Aplicação das alíquotas reduzidas a serviços de atenção e assistência à saúde.....	168
6.4. Cuidados práticos, segregação contábil e riscos fiscais na aplicação dos coeficientes reduzidos.....	170
6.5. Da possibilidade de redução do Imposto Sobre Serviços – ISS	172
6.6. Do necessário comparativo entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido.....	173
7. Exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ/CSLL no lucro real e os reflexos para o PIS e COFINS.....	176
7.1. Conceito de crédito presumido.....	176
7.2. Posicionamento da Fazenda (Parecer Normativo CST 112/1978 - Solução de Consulta COSIT 438/2017 da RFB).....	178
7.3. Do entendimento do Superior Tribunal de Justiça	180
7.4. Lei Complementar nº 160/17	180
7.5. Tema 1.182 do STJ	183
7.6. Lei nº 14.789/2023 e o Tema 1416 do STJ.....	185
7.7. Reflexo para o PIS e COFINS.....	188
8. Exclusão da TUSD e TUST da base de cálculo do ICMS.....	192
8.1. Da legitimidade do contribuinte de fato (consumidor final).....	192

8.2. Da polêmica sobre a incidência do ICMS sobre a TUST e TUSD	196
8.3. Discussão sobre a (não) incidência do ICMS sobre a TUSD na micro e minigeração distribuída	202
9. Inconstitucionalidade das alíquotas majoradas do ICMS para energia elétrica e serviços de telecomunicações.....	205
10. Inconstitucionalidade de legislações estaduais quanto ao adicional de ICMS devido ao FUNCEP	210
11. Inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre a SELIC na repetição de indébito tributário	213
12. Exclusão do lucro inflacionário da base de cálculo do IRPJ e CSLL	217
13. Dedução dos juros sobre capital próprio extemporâneos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL	227
13.1. Juros sobre capital próprio e o contencioso tributário.....	227
13.2. Juros sobre capital próprio no ordenamento jurídico brasileiro.....	227
13.3. Como se calcula o JCP na prática: da taxa referencial ao valor dedutível.....	230
13.4. A controvérsia sobre os JCP extemporâneos.....	232
13.5. Julgamento do Tema 1.319 do STJ.....	236
13.6. Pagamento de JCP x distribuição de dividendos: a equação estratégica pós-reforma	238
14. Não incidência da contribuição previdenciária patronal sobre verbas indenizatórias.....	239
15. Limitação da base de cálculo das contribuições de terceiros	246
15.1. Das contribuições destinadas a terceiros.....	246
15.2. Da tese da inconstitucionalidade das contribuições de terceiros.....	249
15.3. Da tese da limitação das contribuições a terceiros ao patamar de 20 salários-mínimos.....	252
16. Exclusão da coparticipação do empregado em vale-transporte, vale-alimentação e plano de saúde da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e das contribuições destinadas a terceiros.....	258
17. O conceito de insumo e o crédito do PIS e COFINS sobre os custos de implementação e manutenção da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	260
18. O critério da essencialidade nos produtos intermediários do ICMS: A virada jurisprudencial do STJ e a recuperação dos créditos negados pelo critério físico	268
19. Créditos de PIS e COFINS no regime monofásico	272
19.1. Regime monofásico e não cumulatividade.....	272

19.2. Alterações trazidas pela Lei do Reporto (Lei Nº 11.033/2004) e o posicionamento do STJ acerca da possibilidade de creditamento	274
20. Recuperação de créditos de PIS e COFINS para empresas do Simples Nacional sobre produtos com incidência monofásica.....	281
21. A recuperação do ICMS pago a maior por falta de segregação das receitas sujeitas ao ICMS-ST	283
22. Inconstitucionalidade da cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) nas operações ao consumidor final não contribuinte	286
23. Transferências interestaduais entre matriz/filial: a inexistência do fato gerador do ICMS e o paradoxo da cobrança indevida.....	292
24. Incidência do ITBI sobre o excedente na integralização de capital social	295
25. O ITBI e a crise da legalidade: reflexões sobre o valor de mercado e a cessão como estratégias de arrecadação	299
25.1. Valor de mercado como base de cálculo do ITBI	300
25.2. Cessão de direitos como hipótese de incidência do ITBI.....	302
25.3. O Tema 1.348 e a imunidade incondicionada na integralização de capital: o fim da restrição da atividade preponderante?.....	304
26. Créditos de IPI na entrada de produtos oriundos da zona franca de Manaus.....	306
27. Isenção de PIS/COFINS-Importação na importação de produtos por empresas sediadas na zona franca de Manaus.....	309
28. A tributação das receitas financeiras das incorporadoras optantes pelo Regime Especial de Tributação (RET): Ilegalidade da segregação imposta pela IN RFB nº 2.179/2024 e o cenário da Reforma Tributária	314
29. O radar do contencioso tributário: teses em movimento nos tribunais superiores.....	320

CAPÍTULO IV

TESES TRIBUTÁRIAS E OPORTUNIDADES NA REFORMA: DEBATES EM CONSTRUÇÃO	325
1. A tese da transição: a via de mão única da Lei Complementar nº 214/2025 e o risco de um novo contencioso bilionário no período de transição da reforma tributária	329
2. A gestão dos créditos de PIS e COFINS na transição para a CBS: guia prático de aproveitamento e oportunidades	334
2.1. O ponto de partida: o que acontece com os créditos existentes	335
2.2. Levantamento e regularização dos créditos existentes: a janela de 2026	336

2.3. Parametrização e revisão de NCM: a fundação do inventário	336
2.4. Gestão do prazo prescricional: o que vence primeiro?	337
2.5. Os créditos em curso de depreciação: a transferência automática para a CBS.....	337
2.6. O planejamento estratégico dos investimentos em ativos fixos: a virada de 2027 e a decisão de postergar	338
2.7. O crédito presumido de CBS sobre o estoque de abertura: a maior oportunidade da transição	344
2.8. A dimensão do Simples Nacional: antecipação do prazo para opção	345
2.9. O inventário: como fazer corretamente	348
2.10. As vedações ao crédito presumido e a oportunidade de contestação para empresas industriais com estoques relevantes de insumos isentos ou com alíquota zero	349
2.11. Os créditos sobre devoluções de vendas anteriores a 2027	350
2.12. Regras especiais para máquinas, veículos e equipamentos usados....	351
2.13. O roteiro consolidado para 2026: o que fazer e quando.....	351
3. A assimetria tributária na locação de imóveis residenciais: o critério temporal do art. 253 da Lei Complementar Nº 214/2025 e a violação à isonomia e à neutralidade	354
4. A vedação aos créditos de IBS e CBS nas despesas corporativas com hospedagem e alimentação.....	361
5. A diluição dos créditos de ICMS em 240 meses: fundamentos da inconstitucionalidade, estratégias para exportadores e industriais e a janela que se fecha	366
6. O fundo de compensação de benefícios fiscais do ICMS e os vícios da portaria RFB nº 635/2025: a tese da regulamentação infralegal além dos limites constitucionais	373
6.1. O primeiro vício: a ausência de metodologia objetiva para a “repercussão econômica”	375
6.2. O segundo vício: a exigência de regularidade fiscal federal para benefício de competência estadual	376
6.3. O terceiro vício: a tributação dos valores recebidos do Fundo e a natureza indenizatória da compensação	377
6.4. O quarto vício: os benefícios negativos e os limites constitucionais do conceito de “condição”	379
6.5. A estratégia	380

7. A isenção na distribuição de lucros para optantes pelo simples nacional e a inconstitucionalidade da retenção instituída pela Lei nº 15.270/2025.....	382
8. A inconstitucionalidade do adicional de 10% sobre os percentuais de presunção do lucro presumido.....	389
9. A redução linear dos benefícios fiscais do PIS e da COFINS e a violação à não cumulatividade: o resíduo tributário criado pela Lei Complementar nº 224/2025.....	396
10. A imunidade constitucional das exportações indiretas e a inconstitucionalidade do art. 82 da LC 214/2025: a primeira sentença do contencioso da reforma do consumo	401
11. O reequilíbrio dos contratos de longo prazo na reforma tributária: a convergência entre o direito tributário, o direito contratual e a estratégia de negócios.....	407